

## REGISTRO DE REUNIÃO - BIÊNIO 2021/2023

### CT-ECA - CÂMARA TÉCNICA DE ESTUDOS E

### COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA

**Data:** 04/07/2022

**Local:** REUNIÃO VIRTUAL

**Início:** 14 horas e 30 minutos

**Encerramento:** 16 horas e 30 minutos

### REUNIÃO CT-ECA - BIÊNIO 2021/2023

#### **PAUTA:**

- Aprovação da ata da reunião do dia 11/06/2022
- Escolha da coordenação da CT-ECA
- Discussão sobre a preparação de recomendação da CT ECA ao Plenário do Comitê; Encaminhamentos

**PARTICIPANTES:** lista gerada pela plataforma teams (anexo)

**FALTAS JUSTIFICADAS:** -x-x-x-

Dando início à reunião, o Coordenador interino da Câmara, Renato Veneziani, deu as boas vindas aos participantes e colocou em discussão a minuta da Ata distribuída aos membros. Com a palavra Jorge Rocco, Fiesp/Ciesp, Ricardo Jacob e Dário-Sabesp solicitaram que a ata fosse deliberada na próxima reunião, pois havia considerações a serem incluídas, o que foi aceito pelo coordenador. Dando prosseguimento a pauta foi colocado em discussão a escolha do Coordenador e o Sr Renato se colocou à disposição para continuar na coordenação no que foi apoiado por todos. Na discussão do mérito do trabalho disponibilizado pela consultoria e a Secretaria Executiva do Comitê foi levantada a dúvida pelo Sr Ricardo Jacob de qual seria a versão que estaria validada e também ponderou se o X13 referente a cobrança da transposição estaria com o coeficiente multiplicar 2, no que foi respondido pelo Consultor, Sr Flaviano Lima, de que desde o início ficou estabelecido o coeficiente 1 e que aquela questão estava pacificada seguindo as normas da Deliberação 180 do CRH. Relativamente ao programa de Investimentos para executar com os recursos adicionais da cobrança foi colocado pelo representante da Sabesp que os investimentos previstos pelas operadoras de saneamento somam valores expressivos e que tais aportes poderiam ser deduzidos da previsão orçamentária contidas no estudo. Lembrou também o representante da Sabesp que a Cia não busca recursos no Fehidro pois consegue melhores taxas no mercado e continuando questionou o valor de 306 milhões do programa de investimento deduzindo que estava superestimado e que a conta não estava fechando. Professor Flaviano esclareceu que era necessário considerar os 10 % previstos para implementação da Agência de Bacias. Edilson Andrade, DAEE, Secretaria Executiva do Comitê, lembrou que as ações do Plano de Bacias estão estruturadas de acordo com as diretrizes estaduais e que qualquer recurso adicional passará a compor um novo PA/PI no sentido de sua execução naquelas prioridades elencadas no Plano. Lembrou também que os Planos de Bacias estabelecem suas metas e ações apenas com os recursos financeiros diretamente vinculados a sua governabilidade, ainda que sejam considerados os

investimentos realizados para compor o diagnóstico e o prognóstico dos recursos hídricos da bacia. Renato Lorza, SIMA, falou da necessidade de novos investimentos na melhoria da qualidade de água na bacia considerando novas tecnologias e avaliação de parâmetros que hoje não são monitorados e citou como exemplo os hormônios e outros produtos utilizados na agricultura, defendendo o reajuste da cobrança falou da extrema necessidade de investimentos na área de restauração florestal e falou do edital de nanotecnologia. Ricardo pediu para participar deste edital e o Renato Lorza ficou de entrar em contato para maiores esclarecimentos. Jorge Rocco, Fiesp/Ciesp, falou da necessidade de trilhar um caminho com segurança jurídica e que o índice de reajuste de 176% impacta significativamente os usuários, reconheceu que a pressão sobre os recursos hídricos na bacia do Paraíba -Trecho paulista é uma realidade, mas como trata-se de um pacto é preciso refletir sobre cada passo e concluiu perguntando qual a necessidade de aportar os 10% para a futura Agência de Bacias e se o único cenário do estudo era o índice de 176%, porque não outro? Dario, Sabesp, falou da necessidade de uma visão legalista do processo e disse achar incompleto o programa de investimentos e perguntou o que será suportado pelos recursos adicionais da cobrança, quais os PDCs serão atendidos? Professor Flaviano explicou que o estudo seguiu a orientação do Comitê de Bacias para simular com os valores praticados pelo Ceivap, disse que o estudo foi disponibilizado a todos no prazo legal e que não faz sentido que qualquer alteração fruto das negociações venha a zerar o processo. Renato Lorza, SIMA, destacou a importância da imagem positiva das empresas ao participar do processo de recuperação dos recursos hídricos da bacia de forma mais arrojada. Ricardo Jacob, Sabesp, falou de eventual contradição no programa de investimentos da tabela 113 considerando as versões 5 e 7. Professor Flaviano explicou que a versão atualizada foi amplamente divulgada; Bruno, Sabesp, perguntou se o simulador estaria travado para o X13 e Dario perguntou quanto iria reajustar? Onde gastar? E a planilha para os 85 milhões? Jorge Rocco pediu para passar a versão 7 para todos e solicitou o Termo de referência do Contrato. Antes de encerrar o coordenador disse considerar que havia consenso na progressividade de 4 anos para a plena implementação e do reajuste de 176%, Renato Lorza fez a pergunta se era isso mesmo que estava acordado, tendo como resposta por parte dos usuários presentes que eles fariam por escrito sugestões. Foi então estabelecido de comum acordo que as considerações deveriam ser encaminhadas até sexta-feira, dia 11/07/2022. Ao encerrar o coordenador consultou sobre os próximos passos ficando definidas as datas de 22 de julho e 01 de agosto pf., às 14 horas para a finalização da proposta de recomendação ao Plenário do Comitê que irá se reunir para deliberar o assunto no mês de agosto, possivelmente no dia 19/08. Nada mais havendo, eu Edilson de Paula Andrade, lavrei a presente Ata.

**REGISTRO DA REUNIÃO ELABORADA POR: Secretaria Executiva do CBH-PS.**